

## A psicologia somática de Wilhelm Reich

Por João da Mata, Dr. Psicologia/UFF

Nascido no final do século XIX, Wilhelm Reich (1897-1957) foi responsável por uma reviravolta nos estudos psicológicos realizados até então, capaz de levar à compreensão dos fenômenos emocionais para além da psicologia, articulando-a com a sociologia e a política. Reich estava empenhado em formular inovadoras abordagens sobre questões humanas, compreendendo a realidade individual dentro do seu contexto social. Foi responsável por sugerir que os conflitos emocionais materializam-se no corpo, produzindo estases energéticas, que por sua vez, desencadeiam sintomas psicossomáticos. Defendeu também a ideia de que o autoritarismo nas relações sociais é o principal disparador deste processo.

No âmbito sociopolítico, sua pesquisa foi fundamentada em um conjunto de referências relativas às sociedades orgânicas, ao socialismo e à democracia. Em seus estudos sobre etnologia, enfatizou as questões da vida comunitária, da liberdade sexual e do amor natural. Aproximou-se do anarquismo, após a ruptura com o pensamento marxista. Defendeu o exercício da liberdade pessoal e o conceito de autogestão social, como também a possibilidade de participação dos indivíduos nas decisões sociais. Reich dizia que a autogestão social, também chamado por ele de *democracia do trabalho*, apenas poderia existir a partir da autorregulação individual.

Wilhelm Reich trabalhou com Sigmund Freud de 1920 a 1934, e embora fosse um médico bastante comprometido com a causa da psicanálise, a atmosfera política da época causava-lhe grande impacto: a Europa estava conturbada pelos efeitos da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), havia também a influência da Revolução Russa (1917), assim como as influências de muitos ativistas socialistas austríacos e os debates sobre o marxismo.

Estes fatores, assim como as críticas que passou a empreender à técnica psicanalítica, fizeram com que Reich criasse constantes fissuras em sua relação com a obra de Freud, até seu completo afastamento. A primeira destas fissuras ocorreu em relação à potência orgástica, depois com a análise das resistências. Mais adiante, profere

críticas ao complexo de Édipo e por fim, rejeita a noção de pulsão de morte. Todos estes conceitos, fundamentais à psicanálise, passam a ser vistos por Reich como fatores secundários, já que, para ele, a principal questão residia nos mecanismos de poder presentes nas diversas esferas das interações humanas.

A partir destas rupturas metodológicas, outras passam a acontecer também no âmbito político. Reich vai paulatinamente se interessando cada vez mais por questões que, segundo ele, estariam na gênese das neuroses. Segundo Câmara (2009): “A partir de um certo momento, Reich psicanalista, se compromete com o alinhamento marxista. Depois vai cunhando o termo de democracia do trabalho que propõe como uma utopia do cotidiano, ou seja, há de se construir, todos os dias, uma sociedade de trabalhadores em autogestão que produza o que é vitalmente necessário à humanidade.” (CÂMARA, 2009. p. 72).

Como aconteceu com a psicanálise, seu vínculo com o marxismo vai sendo rompido, até seu completo distanciamento e negação. A partir daí, passa a aproximar-se de ideias libertárias. As semelhanças entre seu pensamento com o debate anarquista encontram-se na crítica ao Estado e na criação de sociabilidades baseadas na autogestão coletiva. Além do mais, surge outro ponto em comum: a noção de revolução agora, não em um paraíso distante. Este pressuposto leva em consideração o fato de que, posta em planos e momentos diferentes, as transformações individuais e sociais acabam por fracassar e perder seu sentido político.

Atento às questões de como se davam as sociabilidades, Reich (1984) tentou explicar a neurose como fenômeno que atinge a relação entre indivíduo e sociedade, e afirma que seu *locus* não é a mente, mas todo o corpo e o conseqüente desequilíbrio de sua energia vital. A partir daí, elabora uma série de estudos voltados à tentativa de mostrar que os conflitos emocionais derivam de conflitos de poder que surgem em diferentes planos da convivência humana.

### ***Neurose e servidão***

Para Reich (1998), a análise crítica da sociedade e seu alcance sobre os indivíduos eram fatores imprescindíveis no estudo sobre o comportamento. Minimizar o

papel da sociedade em relação ao comportamento humano poderia esvaziar o tratamento sobre as neuroses. Em depoimento, Reich afirma que: “desde 1927 até setembro de 1930, trabalhei no exterior e fiz todo aquele trabalho sociológico nas bases da sociedade. Penetrei na sociologia, que naquela altura se confundia ou era idêntica à política. (...) Eu tinha traçado as consequências sociais da teoria da libido.” (Entrevista para HIGGINS & RAPHAEL, 1979. p. 52).

O destacado papel dado por Reich aos mecanismos de poder na sociedade, seja pela interiorização dos valores repressivos, seja pelas consequências antilibidinais, possivelmente estavam amparados, ao menos inicialmente, pela sua vinculação política. Para ele, a psicologia analítica deveria andar junto com o marxismo a fim de romper com as práticas autoritárias presentes em instituições como a Igreja, as escolas e a família, todas promotoras da ideologia burguesa e pactuadas com o Estado, para então, promover uma revolução social e sexual, simultaneamente.

No entanto, a presença cada vez mais forte do debate sociopolítico em seu trabalho o fez criticar as bases da psicanálise, produzindo, como dissemos, fissuras cada vez mais evidentes. Com relação ao complexo edipiano, Reich (1979), afirmava que sua presença varia de acordo com as condições de vida dos trabalhadores, inclusive econômicas, o que colocava em dúvida ser ele um aspecto cultural ou antropológico. Sobre o que considerava questões mais pertinentes à psicologia, Reich diz que: “Não se podia chegar ao problema da higiene mental com ideias como a do complexo de Édipo. Não se podia chegar lá. Não havia sentido. O que fazia sentido era a frustração, a frustração genital da população. Os adolescentes tornam-se frustrados. Há infelicidade no casamento. Porque acontece isto? Como funciona? Que podemos fazer a este respeito? E aqui, toca-se no problema social – a instituição do casamento, leis, dogma católico, controle do nascimento, e toda espécie de questões sociais. Aqui vemos a sociologia em campo aberto.” (Entrevista para HIGGINS & RAPHAEL, 1979. p. 81)

A ênfase dada aos efeitos do autoritarismo social na vida emocional das pessoas ocorre, segundo ele, pelas constantes ações inibidoras da sexualidade “espontânea”. Além disso, acreditava que tais mecanismos produzem seres assujeitados, acovardados e obedientes, necessários, portanto, à existência e manutenção do capitalismo. Sua clínica

vai em direção de uma política sexual libertária, que associada a uma militância revolucionária implicaria na criação de sociabilidades menos repressoras.

Ao mesmo tempo em que propõe um maior envolvimento político da psicologia, Reich criticava o uso exclusivo da palavra como dispositivo clínico, por achar que tornava demasiado lento o tratamento. Ele via a psicologia do inconsciente presa à análise simbólica dos acontecimentos e suas interpretações. E dizia que era necessário valorizar mais a maneira *como* o paciente apresenta certas dificuldades do que o *porquê*. Sobre a crítica ao uso exagerado da palavra na prática psicológica, Reich (1998) afirma que: “Os conceitos da psicologia tradicional e da psicologia do inconsciente estão acorrentados a formações de palavras. A vida, contudo, funciona para além de todas as ideias e conceitos verbais. A linguagem verbal é uma forma biológica de expressão numa fase avançada de desenvolvimento. Não é de forma nenhuma um atributo indispensável da vida, porque a vida funciona muito antes de existir a linguagem verbal. A psicologia do inconsciente, em consequência, trabalha com uma função de origem recente. Muitos animais exprimem-se por sons. Mas a vida funciona antes e para além de qualquer formação de sons enquanto forma de expressão.” (REICH, 1998. p. 360)

O ingresso de Reich na militância socialista começa em 1927, quando ele ingressa no movimento de esquerda a partir da filiação ao Partido Comunista. Sua vinculação teria sido motivada, especialmente, pela profunda indignação que sentira, em 15 de julho daquele ano, ao presenciar o assassinato, pelas forças policiais, de grevistas vienenses que protestavam pacificamente.

Entre 1927 e 1933, Reich envolveu-se visceralmente com o movimento político de esquerda, primeiro em Viena, depois em Berlim. Neste período de forte ativismo político, destaca-se, dentre ocupações, com a criação de um curso permanente sobre a sexualidade para jovens e trabalhadores. Esta atividade ficou conhecida como Associação Alemã de Política Sexual Proletária – SEXPOL, que abordava temas radicais para a época, como a emancipação feminina, o controle da natalidade, a masturbação, o homossexualismo, a legalização do aborto, etc.

Esta aproximação com os movimentos de esquerda da época estavam relacionados com sua crença de que a obra de Marx poderia trazer uma apreensão mais efetiva dos processos e condições socioeconômicos e sua relação com a vida das pessoas. Reich trabalhou intensamente junto com a juventude comunista, visando conciliar as descobertas de Freud no campo da psicologia com a práxis revolucionária, para torná-las úteis ao proletariado, ou seja, para que permitissem a emancipação econômica, política e sexual do proletariado.

Através da experiência da SEXPOL, Reich elaborou um de seus estudos fundamentais, que chamou de mais tarde de “peste emocional”, no qual faz uma profunda análise de fatores como inveja, calúnia e miséria amorosa dentro das sociedades autoritárias, que tendem a mediocrizar a vida humana. Para Reich, não era possível haver qualquer transformação social enquanto as pessoas tivessem trocas afetivas e sexuais tão empobrecidas que as enfraqueciam energeticamente. Segundo Bedani e Albertini (2009), neste período, Reich: “(...) se deu conta, entretanto, que a intervenção pontual, apesar de seus aspectos benéficos, não era suficiente para lidar com a ampla ‘miséria econômico-sexual’. Em busca de um programa profilático, Reich identificou, no final da década de 1920, três fatores que determinavam, a seu ver, o ‘flagelo neurótico’: a) a rígida moral autoritária a que recorriam os educadores, para coibir a espontaneidade e inibir a sexualidade na infância; b) os mecanismos sociais que visavam amortecer as capacidades críticas e as necessidades sexuais dos adolescentes; c) a monogamia obrigatória e vitalícia que, muitas vezes, resultava em uma devastadora infelicidade conjugal.” (BEDANI & ALBERTINI, 2009. Arquivos Brasileiros de Psicologia/UFRJ.

Dessa forma, Reich (1998) radicaliza sua tese de que a neurose é uma construção desencadeada por mecanismos sociais e políticos. Nesta perspectiva, a malha social permeada de jogos autoritários passa a ter influência direta na elaboração de modos de vida resignados e assujeitados, características, segundo ele, da neurose.

A presença cotidiana da autoridade não deve ser confundida com o jeito rude de falar ou com o tom agressivo na voz, ainda que estes possam ser componentes eventuais do autoritarismo. Nos lares, nas escolas e em outros espaços da sociedade, muitas vezes

o autoritarismo vem dosado em tom suave, até meigo, e sempre muito bem intencionado, para o “nosso bem”. No exercício de governar a vida dos outros, os mecanismos de autoritarismo, ontem e hoje, se transvestem em roupagens mais diversas, que vai do pai repressor e violento até aquele que ouve e dá “bons conselhos”.

Inserido em redes de hierarquias, o indivíduo é tutelado desde cedo a seguir condutas de como deve agir e se comportar. Este processo se dá por um conjunto de regras e normas, na maioria das vezes de forma sutil e disfarçadas, que acaba por produzir ajustamentos, e a diminuição de poder crítico nas pessoas. Reich (1984) afirmava categoricamente que enquanto existir qualquer espécie de regulamentação moral, social ou política inibindo a singularidade das pessoas, não se poderá falar em liberdade real nem muito menos em saúde emocional. Para Reich: “As crianças são destruídas no seu querer emocional, na expressão natural, emocional de vida exatamente antes e depois do nascimento. O despeito, a recusa, a ausência de opinião, a incapacidade para desenvolver o que quer que seja. Tornam-se insípidas, inertes, indiferentes. E assim, desenvolvem seus pseudocontatos, falsos prazeres, falsa inteligência, as coisas superficiais, as guerras, etc. Não se pode impor liberdade ao sistema bioenergético destruído.” (Entrevista para HIGGINS & RAPHAEL, 1979. p.42-43).

Vista como construção social, para Reich a neurose se instala em todo o corpo e não apenas na mente. Com isso, Reich traz para a psicologia uma nova e importante vertente onde o corpo passa a ser utilizado como diagnóstico (através da leitura corporal) e local de intervenção clínica (através dos exercícios corporais). Este é o começo dos estudos do que ficou conhecido como psicossomática<sup>1</sup>, cujo objetivo é estabelecer as relações entre os desequilíbrios emocionais e as doenças físicas.

---

<sup>1</sup> Podemos apontar a psicossomática como um novo campo de saber - de caráter transdisciplinar - que integra diversas práticas para estudar os efeitos de fatores sociais e psicológicos sobre processos orgânicos do corpo e vice-versa. A palavra psicossomática, na visão dos profissionais de saúde que compreendem o ser humano de forma integral, não pode ser compreendida como um adjetivo para alguns tipos de sintomas, pois tanto a medicina quanto a psicologia percebem hoje em dia que não existe separação ideal entre mente e corpo que transitam nos contextos sociais, familiares, profissionais e relacionais. Então, psicossomática é uma palavra substantiva que pode ser empregada para qualquer tipo de sintoma, seja ele físico, emocional, psíquico, profissional, relacional, comportamental, social ou familiar. Wilhelm Reich foi provavelmente um dos primeiros incentivadores desta forma de integrar as dimensões psíquicas às demais implicações do ser humano em interação.

Se havia em Reich uma ideia de que o marxismo poderia oferecer uma possibilidade de sociabilidades menos hierarquizadas, percebeu, na prática, que o comunismo tornara-se uma contradição ao que pregava. Ele acreditava que a revolução socialista produziria, através de uma fase transitória, a passagem para uma sociedade formada por um autogoverno das massas, com características menos repressoras e castradoras. No entanto, seu distanciamento e desilusão com o marxismo aumentava na medida em que assistia aos acontecimentos na experiência soviética. Por diversas vezes, Reich visitou a União Soviética e gradativamente observava que o modelo implantado ali se tornava o que chamou de “fascismo vermelho”. Segundo ele: “Os fascistas vermelhos estavam interessados no poder de Estado e na obtenção de influência social servindo-se daquilo que eu tinha construído na SEXPOL. Eles não estavam em nada interessados na solução real, concreta da miséria sexual das pessoas. Em consequência disso, combateram-me como antimarxista e contrarrevolucionário freudiano.” (Entrevista para HIGGINS & RAPHAEL, 1979. p. 57).

Para ele, o marxismo soviético não considerou o indivíduo, sua singularidade e características próprias. Este fato, aliado às descobertas feitas na SEXPOL, levaram Reich (1988) a afirmar que, moldada por instituições autoritárias, como partidos e governos, o comportamento humano padecerá sempre de neuroses. As normatizações impostas e aplicadas por diferentes instituições e disseminadas nas mais diversas esferas da sociedade, limitam e bloqueiam a autorregulação que determina a vida em cada um. Estes mecanismos estendem-se por todos os níveis da sociedade, sempre havendo alguma forma de disciplina e controle, que no seu entendimento determinarão o surgimento dos conflitos emocionais.

Para Reich, tais mecanismos começam a operar já na base das relações humanas. Seus estudos concentram-se no modelo familiar burguês do início do século XX na Alemanha, que, segundo ele, estimulava o exercício da submissão e da dependência. Em uma conhecida afirmação, Reich dizia que a família espelha e reproduz a estrutura de Estado, produzindo ali dentro relações de dominação que vão, aos poucos, limitando a capacidade de viver com mais liberdade e poder crítico.

---

Os casamentos entre homem e mulher – baseados na posse, no machismo e em relações monogâmicas compulsórias – assim como a noção de obediência aos pais e ao pátrio poder criam uma estrutura vertical entre os membros ali implicados. O modelo tradicional de organização familiar, geralmente impregnado de valores morais e religiosos, caracteriza-se para Reich, como um modo de vida acomodado e acovardado. A partir do núcleo familiar, estende-se, segundo ele, uma série de outras práticas sociais, nas quais a hierarquia é entendida como condição natural. Assim, a hierarquia tomada como fator inerente à organização destes diferentes espaços sociais tende a acirrar e mesmo legitimar as práticas de poder.

Apesar da importância da família para a sobrevivência do ser humano, especialmente, nos primeiros anos de vida, Reich defendia um completo redimensionamento de sua organização. Acreditava ser necessária uma mudança do modelo familiar, para se buscar outras possibilidades de associação microssocial que se inicia no casal e estende-se à relação com os filhos. Já no início do século XX, Reich valorizava esta transformação, por meio da diminuição das tradições e dos costumes do casamento como forma profilática da neurose.

Parte de sua crítica à família, assim como às igrejas e escolas, ancorava-se no fato que, segundo ele, estes espaços coagiam a sexualidade livre das crianças e jovens. Estas práticas repressoras inibem não apenas o comportamento sexual, mas também a curiosidade intelectual, a criatividade e a espontaneidade. Seria justamente aí, através da diminuição da atividade sexual e conseqüentemente da potência orgástica que surgiriam indivíduos acovardados, assujeitados e obedientes ao princípio de autoridade.

Ao entrar em contato com os estudos antropológicos de Bronislaw Malinowski sobre a sociedade matriarcal trobriandesa, Reich encontrou ali uma outra relação com a sexualidade, envolvida em valores diferentes daqueles observados nas sociedades patriarcais. Afirmava que nestas sociedades não havia distúrbios sexuais nas crianças e nos adolescentes e nem dificuldades orgásticas nos adultos, conseqüentemente, não havia “miséria sexual”.

Este entendimento lhe fez assegurar que os distúrbios sexuais, típicos das famílias burguesas, se davam em função da repressão comum nas sociedades



patriarcais. Segundo Câmara (2009), “Reich pôde perceber que, à medida que as sociedades tornavam-se patriarcais, cresciam a ‘moral sexual negativa’, o sentido de propriedade privada, a instituição do casamento tradicional e a exigência do ascetismo para os adolescentes.” (CÂMARA, 2009. p. 53). A análise de Reich, seguindo uma perspectiva marxista, se concentra na noção de transmissão do dote, mecanismo básico da passagem das sociedades matriarcais para as patriarcais. Esta seria, para ele, a gênese das trocas de mercadorias típicas do capitalismo.

A ênfase dada à repressão sexual como um dos principais motivadores da produção da neurose é assunto controverso entre críticos do pensamento reichiano. Segundo Robinson (1971), Wilhelm Reich atribuiu demasiada importância à repressão sexual ao justamente apoiar-se na visão de dois modelos básicos de família: “o matriarcado tolerante e o patriarcado autoritário.” (p. 39). Para o autor, Reich faz uma apressada análise da passagem entre matriarcado para o patriarcado, e com isso, uma tentativa de explicar como regimes autoritários se sustentam a partir da repressão sexual. Reich acreditava que a sexualidade reprimida, incapaz de produzir orgasmos e a consequente descarga energética, produziria uma estrutura rígida de caráter e seria a causa principal para a existência e manutenção de Estados autoritários.

Por outro lado, para Reich, a necessidade da experiência orgástica é a prova biológica de que os indivíduos nunca serão completamente autônomos no sentido de uma autossuficiência. É necessário, segundo ele, que haja uma relação intrinsecamente próxima a um outrem, e suficientemente favorável para que a sexualidade possa atingir seu potencial pleno. Neste sentido, apesar de defender a masturbação, Reich acreditava de depois de algum tempo, ela se tornaria insatisfatória e perturbadora, já que a ausência de um objeto amoroso tornava a experiência empobrecida.

Já para Rycroft (1971), Reich teria exagerado na defesa da sociedade matriarcal ao idealizar que nestas sociedades não haveria relações de dominação. Para o autor, uma certa ingenuidade acompanha o trabalho de Reich por ele acreditar que seria possível existir uma sociedade onde não houvesse relações de dominação. Segundo Rycroft (1971), “toda sua atitude política, social e sexual pode ser interpretada, na verdade, como uma rejeição maciça do problema da dominação nas relações humanas.” (p. 56).

Ingenuidade ou não, Reich tornou-se um feroz crítico das relações hierárquicas, um ferrenho defensor das relações amoras e sexualmente libertárias, o que o faz, segundo alguns autores, próximo das lutas anarquistas.

Outra crítica comum a Reich surge anos mais tarde, através dos estudos de Michel Foucault sobre a analítica do poder. Segundo Foucault, a “hipótese repressiva” de Reich ancora-se numa concepção que vê o poder como algo meramente punitivo e restritivo, quando, segundo o filósofo, há uma positividade no poder como fabricante ou produtor de individualidades. Em *História da Sexualidade I - A Vontade de Saber* (1988), Foucault questiona esta leitura de tradição freudo-marxista, a partir de três questões: a repressão é uma evidência histórica?; a mecânica do poder é da ordem da repressão?; e o discurso contra a repressão, libera ou, na realidade, forma parte do mesmo poder que denuncia?

O impasse entre as pesquisas de Wilhelm Reich e Michel Foucault situa-se, sobretudo, na questão da sexualidade. Enquanto Reich vê a sexualidade sob o prisma da repressão, Foucault aborda o tema a partir da ótica da hipervalorização. Segundo o filósofo, a partir do século XVII, mais que uma repressão do discurso sobre a sexualidade, assistimos a uma proliferação sobre o tema. E mais: que falar sobre liberação sexual poderia, na verdade, estabelecer novas formas de controle e sujeição. Foucault propõe a ideia de uma rede para entender o funcionamento das práticas de poder. E nesta rede, o indivíduo não é algo passivo, mas age simultaneamente como receptor e emissor de poder.

Para Foucault (1988), não se trata de ignorar o poder na sua dimensão institucional – bem como os processos de dominação e exploração –, mas enfatizá-lo também nas análises que se situam a partir das bordas das leituras tradicionais. Daí sua investida em temas como sexualidade, família, higiene, saúde e corpo, mostrando como o social se constituiu em um campo privilegiado de experimentação de novas formas de racionalidade política na sociedade burguesa.

No entanto, ao contextualizarmos as obras de Reich e Foucault, quando, respectivamente, foram produzidas no início do século XX e nas décadas de 1960 e 1970, podemos tomá-las como algo que não se anulam. Pelo contrário, servem juntas, para ampliar os estudos dos efeitos disciplinares sobre os corpos dos indivíduos.

Segundo Câmara (1997), “Se, com Freud, fala e corpo eram separados; se com Reich, fala e corpo reencontram-se em um corpo uno; com Foucault, é a partir desse corpo que podemos questionar os seus atravessamentos, a malha de saber/poder, as redes sociais que o constituem. Assim sendo, torna-se importante um trabalho clínico/social que, a começar pela verbalização e pela expressão corporal do sujeito – aqui visto como ator/autor cujo lugar e enunciação não foram determinados basicamente por ele, mas por uma imbricação de forças sociais, políticas, do imaginário popular e, etc. –, quer contribuir para a democratização das relações de saber/poder, das redes sociais, enfim, das forças institucionais.” (CÂMARA, 1997. p. 93)

Dessa forma, como veremos mais detalhadamente no próximo capítulo, tomamos as contribuições foucaultianas acerca das relações de poder como análises fundamentais para atualização do pensamento reichiano e também para pensarmos possíveis práticas de resistências no presente. Se Reich buscava mostrar que a repressão à sexualidade livre era a forma primordial de controle social e produção da obediência, Foucault nos mostra como as redes sociais e suas estratégias de saber/poder incidem na formação dos corpos como uma forma de produção de sexualidades diversificadas. O que está em questão nas duas análises é perceber como ocorre a captura dos corpos por meio dos mecanismos de controle e sujeição.

Retornemos a Reich. Como vimos, ele não situava apenas a família como o único espaço exclusivo para a investida na produção da obediência. Se Reich aponta a família como a instância primeira das relações de dominação ao afirmar que ela é o “Estado autoritário em miniatura, ao qual a criança deve aprender a se adaptar, como uma preparação para o ajustamento geral que será exigido dela mais tarde.” (REICH, 2001. p. 28), sua crítica estende-se por outros espaços da malha social. Sua procura está em localizar as práticas de poder que criam, seja pelo hábito, pela comodidade ou pela covardia, a sujeição e a acomodação.

Nos escritos de Reich, é comum percebermos um tema sempre presente e caro ao autor: sua luta contra o sofrimento humano e a procura pelas formas de minimizá-lo tanto do ponto de vista psicológico como também do ponto de vista político. Esta inseparabilidade entre psicologia e política aconteceu, em muitos momentos, pela sua

inquietação em encontrar novas formulações de vida em sociedade, sempre calcada na elucidação da base da dominação, que, segundo ele está na servidão humana consentida.

É, sem dúvidas, em *Psicologia de Massa do Fascismo* (2001) que encontraremos o ponto alto no desenvolvimento dessa questão na produção reichiana. Em suas análises sobre os acontecimentos políticos investigados nesta obra, encontramos um dos temas centrais dessa inquietação. Ou seja, Reich questiona porque o proletariado alemão teria tomado uma atitude adesista, contrária aos seus interesses e objetivos, por ocasião da ascensão nazista.

Sua atenção estava voltada para entender, do ponto de vista psicológico, a ação de um modo de vida que se ramificava pelos diferentes espaços da sociedade até atingir os indivíduos. Esta procura, expressa já no primeiro capítulo do livro *Psicologia de Massas do Fascismo*, estava em compreender “a aceitação do autoritarismo, que faz homens e mulheres suportarem desde há séculos a exploração e humilhação moral, em resumo, a escravidão.” (REICH, 2001, p. 29).

Em boa parte de sua obra, Reich se dedica à busca dessas respostas, no estudo da sociedade alemã e no funcionamento psíquico de seus atores. Reich (2001) procura elucidar algumas questões que estavam implicadas como o surgimento do fascismo, que segundo ele, não era um movimento associado meramente a personagens como Hitler ou Mussolini, mas um movimento de massas. O que gostaríamos de discutir por ora é a proximidade desse questionamento com uma tradição de pensamento que se ocupa deste problema nas sociabilidades em diferentes âmbitos. É difícil ler Reich e não se lembrar do jovem filósofo Étienne de La Boétie, autor do clássico *Discurso sobre a Servidão Voluntária* (2011), escrito originalmente na metade do século XVI.

O francês Étienne de La Boétie (1530-1563), considerado um precursor do pensamento libertário e que mais tarde se tornaria um importante filósofo, escreveu em *Discurso da Servidão Voluntária*: “No momento, gostaria apenas que me fizessem compreender como é possível que tantos homens, tantas cidades, tantas nações às vezes suportem tudo de um tirano só, que tem apenas o poderio que lhe dão, que não tem o poder de prejudicá-los senão enquanto aceitam suportá-lo, e que não poderia fazer-lhes

mal algum se não preferissem, a contradizê-lo, suportar tudo dele. Coisa realmente surpreendente é ver milhões e milhões de homens miseravelmente subjugados e, de cabeça baixa, submissos a um jogo deplorável; não que a ele sejam obrigados por força maior, mas porque são fascinados e, por assim dizer, enfeitiçados apenas pelo nome de um que não deveriam temer.” (LA BOÉTIE, 2011. p. 32)

Seu texto tornou-se célebre e converteu-se numa espécie de ode à liberdade, na medida em que questiona como alguém, deliberadamente, aceita submeter-se a um outro, que passa a exercer uma posição de autoridade. A indagação de La Boétie permanece até hoje como um importante questionamento sobre a tirania e o autoritarismo. Para ele, a servidão deixa de existir quando os indivíduos assumem a coragem e a ousadia de não mais obedecer nem sujeitar-se. O problema colocado está, então, em avaliar quando a pessoa deseja sua própria servidão.

Nas investigações de Wilhelm Reich em *Psicologia de Massa do Fascismo*, o autor busca compreender a gênese da servidão voluntária a partir da construção de modos de existir. Esta construção, diz ele (2001), ocorre em diversos âmbitos das relações sociais, por meio da educação e da moral, em acordo com as demandas da organização social, na relação com atores que exercem o poder, e na “fraqueza” dos indivíduos em criar contrapoderes e em manter uma atitude crítica.

Para Reich, o fascismo é a expressão da estrutura irracional do caráter do homem médio, decorrente do bloqueio das necessidades biológicas primárias e seus impulsos. Sua crítica vai além da análise econômica que o marxismo propunha e se dirige para o entendimento dos fatores como a infelicidade emocional, fruto da miséria sexual. Segundo ele, “a inibição moral da sexualidade natural na infância, cuja última etapa é o grave dano da sexualidade genital, torna a criança medrosa, tímida, submissa, obediente, “boa”, e “dócil”, no sentido autoritário da palavra. Ela tem um efeito de paralisação sobre as forças de rebelião do homem, porque qualquer impulso vital é associado ao medo.” (REICH, 2001. p. 28). E conclui, afirmando que “o objetivo da moralidade é a criação do indivíduo submisso que se adapta à ordem autoritária, apesar do sofrimento e da humilhação.” (Idem, p. 28)

Dessa forma, no campo da psicologia<sup>2</sup>, Reich elabora sua crítica, que em certa medida nos parece semelhante à de La Boétie, de como a servidão cria um terreno para a presença do soberano. Ele acreditava que desde cedo o ensinamento à obediência e ao princípio de autoridade eram estimulados como condição constituinte das práticas sociais, ao mesmo tempo em que a moralidade conservadora era impregnada pelas famílias, escolas, fábricas e empresas, na formulação de novas relações amorosas, e por aí vai. Para Reich, o resultado deste processo é o conservadorismo, e o medo da liberdade, elementos que formam a base da mentalidade reacionária.

Edson Passetti (2003), ao problematizar as relações entre educação e liberdade a partir de La Boétie, afirma que as práticas pedagógicas no capitalismo estão permeadas pela noção de dever à autoridade, como nos diz: “Desde crianças as pessoas são ensinadas a acreditar na autoridade superior como verdade inquestionável. Acreditam nos pais, governantes, padres e pastores, médicos, advogados e professores a partir de uma sociabilidade baseada no respeito à hierarquia – o que antecede qualquer ato de contestação acerca da vida no planeta, ao mesmo tempo que exige a reposição posterior da autoridade centralizada.” (PASSETTI, 2003. p. 74)

As análises desenvolvidas por La Boétie se dirigem ao soberano que se coloca como ponto de partida para as relações de hierarquia. Mesmo o soberano sendo rei, ditador ou representante, deve-se obediência a ele, independente de ser melhor ou mais legítimo. No entanto, qualquer soberano que venha a governar condutas será sempre um tirano. Resta saber, quando o tirano se funda a partir de nossa própria servidão

---

<sup>2</sup> Sobre esta articulação entre Reich e La Boétie, ver o trabalho de Simone Aparecida Ramalho (2001). Ela centrou seus esforços nas ideias de Reich contidas no livro “Psicologia de Massa do Fascismo”, mais especificamente na edição original publicada em 1933, aquela marcada pela busca de uma articulação entre a psicanálise e o marxismo (Reich, 1974). Simone, ao longo de seu trabalho de mestrado, busca uma visão aprofundada dos fenômenos, que teve, dentre outros aspectos, a pergunta disparadora do livro de Reich: Por que, contra os seus próprios interesses de classe, boa parte do proletariado alemão apoiou o nazifascismo? A pesquisadora encontra familiaridade temática com a discussão proposta pelo filósofo Étienne de La Boétie que, ainda no século XVI, levantou e problematizou o que ele elegera como um enigma a ser desvendado: a servidão voluntária. De posse dessa raiz histórica, Simone promoveu um fértil diálogo entre a visão reichiana e as formulações de Freud e de Adorno, de alguma forma, associadas ao assunto. Além disso, chama a atenção nessa dissertação o fato da autora ter explicitado e discutido a existência de uma pertinente aproximação entre a orientação assumida por Reich, de prisma preventivo e basicamente voltada para o campo da saúde pública.

Ramalho, S. A. (2001). *Psicologia de massa do fascismo: Reich e o desenvolvimento do pensamento crítico*. Dissertação de Mestrado. Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo.

voluntária. Nas políticas de rebanho, soberano e servos convivem no diapasão amor e temor: deveres e obrigações, intercalados por ganhos de ambos os lados.

Em síntese, o *Discurso da Servidão Voluntária* traz a magistral lição de que todo poder se exerce com o assentimento daquele sobre os quais se manifesta. Pensar estratégias de resistências passa necessariamente por esta constatação, para então localizar nossa própria alienação, seu funcionamento e sua trama.

O que Reich (2001) busca compreender, sem dirigir-se diretamente à La Boétie, é como a neurose estava relacionada à ideia da aceitação do soberano. Para ele, o conflito emocional se produz através da incitação à obediência, que começa em casa a partir de uma educação orientada para o consentimento da centralidade e da hierarquia. De início, a obediência aos pais; depois aos professores; aos patrões; e por fim ao Estado, seja ele representado pela polícia ou tribunais. A obediência a Deus perpassa todos estes espaços. Para La Boétie (2011), e em certa medida também para Reich (2001), o espanto com os efeitos danosos do autoritarismo se dirige mais aos que obedecem do que a quem os produz.

Resumidamente, para Reich (2001) este processo inicia-se ainda na fase infantil: ocorre quando a criança é bloqueada em sua curiosidade sexual, o que também a torna bloqueada em sua capacidade de questionamento intelectual. Além disso, os mecanismos inibidores, permeados de afeto, instauram-se no corpo, produzindo gestos e movimentos robotizados e sem vitalidade. Indivíduos enfraquecidos em seu querer e na afirmação de suas vidas tornam-se temerosos da liberdade e identificados com a atitude autoritária. A mistificação em torno da autoridade encontra assim terreno fértil para instauração de políticas fascistas.

É assim que as práticas de poder e a manutenção de instituições hierarquizadas criam, para Reich, interferências ao desenvolvimento livre dos indivíduos, e conseqüentemente se desdobram em desequilíbrios neuróticos. O esquema dominador/dominado tem sua origem nas relações microssociais e corresponde ao principal mecanismo de sustentação no plano macrossocial. Dessa forma, a neurose para Reich é fruto e matéria-prima para a existência de instituições autoritárias e doutrinárias, impregnadas por este esquema.

A partir desta compreensão, a proposta de Reich é deslocar a matriz psicoterapêutica centrada no indivíduo, tal como é concebida pelo capitalismo, para que se possa fazer uma intercessão no coletivo, nas práticas cotidianas e nas formas como as pessoas estão inseridas na vida social. A sua psicologia estaria, portanto, comprometida com um olhar sobre as práticas sociais, visto que é aí que a neurose emerge e se manifesta. No espaço da clínica reichiana, estamos em contato com modos de subjetivação que buscam, de alguma maneira, criar redimensionamentos e novas práticas de atuar no mundo. Assim, o fazer clínico é, também, um fazer político.

O que interessa mesmo na perspectiva de Wilhelm Reich é uma intensificação da potência da vida, por meio de um vitalismo que perpassa o corpo e a intersubjetividade. A atualidade de sua clínica localiza-se na importância em afirmar modos de existência singulares, e que emergem como resistência à reprodução, à massificação, à gerência da vida. A inseparabilidade entre psicologia e política faz emergir uma clínica como plano de produção do coletivo e como espaço de criação de sociabilidades horizontais.

Wilhelm Reich tornou-se um sujeito perseguido em diversos espaços ao longo de sua vida. A influência de análises antiautoritárias, as críticas ao capitalismo e ao marxismo e a tentativa de redimensionar a psicologia tornaram a vida de Wilhelm Reich extremamente difícil. Além da difamação entre psicanalistas e comunistas, Reich foi perseguido pelo nazismo por ser judeu. Foi recebido e aclamado nos Estados Unidos por toda sua postura anticomunista, mas logo depois foi perseguido ali também por suas críticas ao modelo econômico americano e pelo *Macartismo*<sup>3</sup>.

Em 1954 passa a ser investigado pela FDA (Federal Food and Drug Administration), em função de suas pesquisas para o tratamento do câncer, que resultaram no livro *A Biopatia do Câncer* (2009), publicado inicialmente em 1948. As

---

<sup>3</sup> O Macartismo (originalmente o termo em inglês é *McCarthyism*) é a denominação utilizada para descrever o período de patrulha ideológica e caça aos comunistas que ocorreu nos Estados Unidos entre o final da década de 1940 até meados da década de 1950. Este termo foi cunhado como crítica aos procedimentos do senador estadunidense Joseph McCarthy. O termo tornou-se tão apropriado para denunciar perseguições aos direitos civis, que foi utilizado para designar outras condutas persecutórias. Também conhecido como “caça às bruxas”, no meio cultural um dos casos mais conhecidos é o de Charlie Chaplin.



caixas ou acumuladores de orgone seriam, segundo ele, capazes de promover o aumento da energia vital num corpo enfraquecido energeticamente. Sendo intimado a prestar esclarecimentos na Corte Americana sobre suas pesquisas científicas, recusa-se e afirma que só responderia sobre suas atividades a uma comissão de cientistas, e não a juízes. É condenado, tem seu registro médico cassado, e suas publicações são incineradas em Nova York. É então detido e encarcerado em 12 de março de 1957 e morre de ataque cardíaco em 03 de novembro na Penitenciária Federal de Lewisburg, na Pensilvânia.

Neste período de intensa perseguição nos Estados Unidos, escreveu um dos seus textos mais ácidos, o manifesto que depois foi convertido no livro *Escute, Zé-Ninguém!*, no qual denuncia a mediocridade do cidadão médio, preso aos valores burgueses, ao medo e à acomodação. No livro, Reich conversa com o leitor, provocando-o a perceber seu próprio *zé-ninguém*, ao se deixar cair nos mecanismos da mediocridade, como na afirmação em que diz: “Você tem medo de pensar, zé-ninguém, porque o pensamento anda de mãos dadas com intensas sensações corporais, e você tem medo de seu corpo. Muitos grandes homens o conclamaram: (...) aja segundo seus verdadeiros sentimentos! Respeite o amor! Mas você está surdo, perdeu toda sua sensibilidade a essas palavras. Elas caem em desertos imensos, zé-ninguém, e os arautos solitários perecem na desolação dos ermos que você cria.” (REICH, 2010. p. 67-68)

O pensamento de Wilhelm Reich retorna à cena cultural e científica europeia na década de 1960, especialmente nos acontecimentos de Maio de 1968, em Paris. Junto com as bandeiras negras anarquistas, Reich é celebrado como pensador original, que trouxe uma importante contribuição ao entendimento de como as relações de poder que atravessam indivíduos e sociedade produz a neurose. A partir daí, suas ideias espalham-se pelo mundo até chegar ao Brasil.